



QUAL SEU PREÇO CUNHA?

Apoiar defensor do assassino de sua mãe ou honrar a memória da sua genitora?



DESNORTEADO

Senador enfrentará grandes nomes na disputa pelo governo do Estado

Desesperado e sem foco, Rodrigo Cunha atira para todos os lados

CONTROLANDO OS SUBMISSOS

Mesmo enfraquecido nas pesquisas, Jair Bolsonaro tem na palma da mão o deputado Arthur Lira e parte da direita que tem aversão ao ex-presidente Lula, como é o caso de Rodrigo Cunha. Lira e Cunha se tornaram marionetes do Chefe de Estado. Mas, o senador protagoniza um fato diferente. Já deixou claro que não fará campanha para Bolsonaro em terras alagoanas. Desta vez, assumiu um lado após ter ficado neutro durante o governo do capitão. No entanto, Rui Palmeira e Paulo Dantas estão fazendo bonito nas pesquisas. Seria o Bolsonaro a luz do fim do túnel de Cunha? Arthur Lira fará de tudo para convencer Cunha que Bolsonaro será a salvação nas urnas, uma realidade difícil de acreditar (e de engolir). Em resumo da situação, Arthur Lira controla Rodrigo Cunha como fantoche. E Lira não passa de uma marionete de Bolsonaro. Parece que o jogo virou, né, senador?



OVO AINDA NO... DA GALINHA

Assessores de pré-candidato a governador se digladiam por fatia de bolo imaginário



CÂMARA EM CHAMAS

Lira libera 22 representações por quebra de decoro ao Conselho de Ética



COLLORTEIRO

Ricaço, Collor coleciona dívidas e credores



LIRA X BOLSONARO

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) rebateu nesta quinta-feira, 28, as declarações do presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre as urnas eletrônicas e afirmou que o processo eleitoral brasileiro é “referência”. O parlamentar disse ainda que questionamentos sobre o tema “colocam em dúvida a legitimidade” das eleições em todas as esferas. “O processo eleitoral brasileiro é uma referência. Pensar diferente é colocar em dúvida a legitimidade de todos nós, eleitos, em todas as esferas. Vamos seguir – sem tensionamentos – para as eleições livres e transparentes”, escreveu no Twitter. Nesta quarta-feira, 27, Bolsonaro voltou a colocar em xeque a segurança das urnas eletrônicas. “Temos uma tecnologia dos anos 96. O ministro Barroso disse que desde 96 nada foi comprovado de falsificação ou de fraude. Ora, nas eleições de 2014 o PSDB contratou uma auditoria internacional. Qual a conclusão? A urna é inaudível”, afirmou durante ato “pela liberdade de expressão” no Palácio do Planalto.

DINHEIRAMA

O jornalista Ricardo Motta em seu blog revelou os gastos do deputado Marx Beltrão, conhecido como “Galego de Coruripe” com publicidades. Leia abaixo a postagem do renomado jornalista “No exercício do atual mandato, o deputado federal Marx Beltrão, do PP, é um dos campeões de gastos com publicações nas redes sociais (?). Segundo o Estadão de hoje, Beltrão já pagou ao Instagram e ao Facebook quase R\$ 1 milhão (R\$ 956.800,00) pelas postagens, desde 2019. Ele é o quinto federal na relação dos gastos no mundo virtual.

INCOERÊNCIA

Deputados emedebistas do Sul e do Sudeste posaram com o presidente Jair Bolsonaro (PL) após evento nesta quarta-feira (27), no Palácio do Planalto. Na foto, o gaúcho Osmar Terra, o catarinense Rogério Peninha Mendonça e o carioca Otoni de Paula. “Enquanto a turma do MDB de Renan Calheiros insiste no ex-presidente Lula, lideranças do partido nas regiões Sul e Sudeste estão fechadas com Bolsonaro”, disse Peninha. “Eu mesmo estou mais firme do que nunca, é isso que Santa Catarina quer, que Bolsonaro seja reeleito”, afirmou. No ato, Bolsonaro entregou o decreto de graça emoldurado ao deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ).

BENEFÍCIO

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (27), o texto base da medida provisória 1076/21, que institui o benefício extraordinário para as famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil. A medida aumenta o benefício dos atuais R\$ 224 para R\$ 400. O novo valor era uma bandeira defendida pelo presidente Jair Bolsonaro. Agora, a MP vai para o Senado, que tem até o dia 16 de maio para votação. Para o deputado Francisco Júnior (PSD/GO), o incremento é “fundamental” para auxiliar as famílias neste momento de retomada. “É necessário aprimorar e avançar com os outros programas para que o beneficiário saia da situação de miséria”, pondera o parlamentar. O deputado do PSD goiano defende a prioridade dos programas sociais. “Tem um retorno de curto prazo. A pessoa que recebe esse recurso, naturalmente, investirá no comércio local, naquilo que é mais básico: um alimento, um aluguel, uma conta de luz. Em grande parte, esse investimento retorna aos cofres públicos em forma de imposto”, justifica.

Pegou mal!

Judicialização da eleição indireta é sinônimo de desespero e fracasso de Rodrigo Cunha e Arthur Lira. Mas os ataques começaram antes disso, com o vídeo de Cunha chamando o deputado Paulo Dantas de fantoche da Família Calheiros. Era a preparação do terreno.

O caso foi para na Justiça como propaganda política antecipada. Mas a decisão da desembargadora Silvana Omena do Tribunal Regional Eleitoral nesta terça derubou decisão da semana passada que determinava a retirada do ar de um vídeo postado pelo senador.

Depois veio a judicialização, que pegou mal. O desembargador Klever Loureiro, governador em exercício de Alagoas classificou como “ato inadequado e antidemocrático” a ação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que judicializou a eleição para governador e vice,



ARTIGO

A Luta pelo Direito

O principal objetivo da Martin Claret é continuar a desenvolver uma grande e poderosa empresa editorial brasileira, para melhor servir a seus leitores. Sua Filosofia de trabalho consiste em criar, inovar, produzir, sinergicamente, livros da melhor qualidade editorial gráfica, para o maior número de leitores e por um preço economicamente acessível.

Nesse sentido, a Coleção “A Obra-Prima de cada autor” traz à lume uma obra internacionalmente conhecida nos meios acadêmicos intitulada A Luta pelo Direito, cuja capa é de Cláudio Gianfardoni e tradução de Pietro Nassetti.

“Um dos primeiros defensores da concepção do direito como produto social foi o jurista alemão Rudof von Ihering, romancista eminente e fundador do método teológico (da finalidade) no campo jurídico. Seu pensamento jurídico inovador está centrado no estudo das relações entre o direito e as mudanças sociais”.



ambos tampões, que acontecerá no dia 2, na Assembleia Legislativa.

“Pela formação jurídica que possui, sua Excelência entende que o mencionado pleito segue em consonância com os princípios constitucionais, razão pela qual a ação não colabora para a preservação do princípio da harmonia e da separação dos Poderes”, afirmou o desembargador por meio de sua assessoria.

Bolsonaro tem feito escola fazendo políticos desafiarem a constituição. O mandato-tampão é necessário porque o governador Renan Filho (MDB) renunciou para se candidatar ao Senado em outubro. Já o vice-governador eleito em 2018, Luciano Barbosa (MDB), também renunciou ao cargo em 2020 para ser candidato (e vencer) a prefeito de Arapiraca.

Ei-lo dissecando o tema de forma magnânima: O fim do direito é a paz, o meio de que se serve para consegui-lo é a luta. Enquanto o direito estiver sujeito às ameaças da injustiça - e isso perdurará enquanto o mundo for mundo, ele não poderá prescindir da luta. A vida do direito é a luta: luta dos povos, dos governos, das classes sociais, dos indivíduos.

Contrastando com o pensamento do escritor alemão, vive-se a cruel guerra entre a Rússia e a pequena Ucrânia. Milhares de vidas ceifadas pela tirania da antiga União Soviética. Aliás, a Revolução encabeçada por Lenin (1917), depois por Stalin, matou milhares de patriotas chancelada pelo o Estado ditatorial.

Enquanto isso, no Brasil, assiste-se o poderoso STF se digladiando com a pacífica Presidência da República, a Suprema Corte tenta revogar o indulto patrocinado pelo presidente atual. Em resumo: a prer-

rogativa do Palácio do Planalto tem respaldo jurídico-político. Inclusive, o Congresso Nacional já o falou através de seu presidente Pacheco.

Questiúncula à parte, Rudolf von Ihering, nasceu em Aurich, Frísia, em 22 de agosto de 1818. Falecendo em 17 de setembro de 1892. Estudou direito em Heidelberg, Munique, Gottingen e Berlim, em cuja universidade se graduou, em 1843. Lecionou direito romano. Iguala-se ao notável Friederich Karl von Savigny (1779 - 1861), bem como a Bernhard Windscheid (1817 - 1892).

Voltando à Pátria Amada, esse litígio, poderá provocar Estado de Sítio, ou seja, as Forças Armadas poderão interceder. Aí, dar-se-á o fim da democracia e, ao mesmo tempo, atingirá o Estado Democrático do Direito. O jurista brasileiro, Ives Grandra, sócio efetivo da Associação Alagoana de Imprensa (AAI), se pronunciou sobre a legalidade do indulto presidencial.

EXPEDIENTE

Lourdes Lucena
Diretora Administrativa
lourdeslucenasantos@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
fernand.oliveira1985@hotmail.com

Adriano Ramos
Departamento Jurídico
adrianoramos34@hotmail.com

Wellington Sena
Diagramação e Artes
arsenal10@gmail.com

O jornal A Notícia é uma publicação semanal - Endereço para correspondência: Av. Menino Marcelo, nº 140, Condomínio Park Shopping, Bloco 01, Apto 101, Cidade Universitária, Maceió - AL - CEP 57073-470 - CNPJ: 27.649.153/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

DESNORTEADO

Senador enfrentará grandes nomes na disputa pelo governo do Estado

Desesperado e sem foco, Rodrigo Cunha atira para todos os lados

Ou é falta de personalidade ou é de caráter. Esse é um dilema que muitos políticos, em Alagoas, enfrentam. As eleições deste ano nunca estiveram tão incertas. Teve troca partidária, gente trocando gato por lebre e gente não sabendo o que fazer. Apesar do ex-prefeito de Maceió Rui Palmeira aparecer em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de votos ao governo do estado, o pré-candidato e senador Rodrigo Cunha prefere voltar toda sua artilharia

contra o deputado estadual Paulo Dantas.

Então, o recado está dado. Cunha vê em Dantas a sua maior ameaça nas próximas eleições. Sem contar que o deputado federal Arthur Lira está tentando fazer de tudo para que Dantas não seja eleito governador-tampão. Uma vez no poder, Dantas teria tempo suficiente para construir ainda mais o seu nome sendo um concorrente de peso na disputa ao governo do estado. Esse é o medo.

Rui Palmeira tem popularidade, mas Dantas teria a máquina na mão, junto a secretários e aliados. Mas tudo tende a mudar conforme as próximas pesquisas forem liberadas. Cunha está atirando para todos os lados. Quem cair é lucro para o senador. Ele deve, sim, mirar sua metralhadora de mágoas em Palmeira. Afinal, o senador não tem o que mostrar. Sua passagem por Brasília está sendo pífia.



DILEMA

Apoiar Bolsonaro ou honrar a memória de Ceci Cunha?

Rodrigo Cunha, apesar de ser a aposta da oposição aos Calheiros, está dando trabalho a Arthur Lira, que é braço direito do presidente Jair Bolsonaro na Câmara Federal. Cunha já disse que não quer fazer campanha para Bolsonaro, deixando Lira em maus lençóis. Como explicar a Bolsonaro que Lira não con-

seguir um aliado para as eleições de outubro? Mas é só insistir um pouco mais que Cunha, em sua ganância em ser governador, deve passar por seu orgulho.

Vale lembrar que Bolsonaro foi contra a cassação de Talvane Albuquerque, deputado que mandou matar a mãe de Rodrigo Cunha, Ceci Cunha. Caso se

una a Bolsonaro, Rodrigo Cunha pode trair a memória da própria mãe. Ao Valor, Lira foi questionado sobre a falta de apoio de Cunha a Bolsonaro, mas ele não quis responder dizendo que não havia declaração nesse sentido e que ainda faltam quatro meses para as eleições.

BOATOS NÃO FALTAM

Manobras judiciais obrigariam deputados a renunciar cargos na Assembleia Legislativa

Nos últimos dias, a política alagoana vem se movimentando de uma forma inerente. Não se sabe, até então, quem ocupará o cargo de governador do Estado, visto que a votação indireta foi adiada. Acontece que, na Assembleia Legislativa, também há uma dança das cadeiras para que o Paulo Dantas assuma o Governo de Alagoas.

Segundo fontes do A Notícia, o então presidente da Assembleia, Marcelo Victor, poderia à mesa - não ao cargo

de deputado, para facilitar a entrada do candidato de Renan Filho. De acordo com a hierarquia, para que isso aconteça, Galba Novaes, Ivan Beltrão, Angela Garrote e Chico Tenório, também precisarão participar do ato para que Paulo Dantas se sente na mais alta cadeira do Estado de Alagoas.

Mas tudo não passa de especulação, uma vez que a Assembleia pretende realizar as eleições. A Assembleia

Legislativa de Alagoas (ALE) renovou a convocação dos deputados estaduais para estarem presentes na sessão extraordinária marcada para eleger os novos governador e vice para um mandato "tampão" de sete meses. O chamamento ignorou o fato de que estão suspensos, todos os efeitos do edital de convocação das eleições indiretas, por decisão da juíza Maria Ester Fontan Cavalcanti Manso, da 18ª Vara Cível da Capital.

“JUSTIÇA” ELEITORAL

Decisão que beneficiou senador Rodrigo Cunha foi assegurada por meio de liminar

Desembargadora dá aval para Cunha manter vídeo ofensivo em rede social

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) concedeu nesta semana, a suspensão da decisão liminar proferida na representação nº 0600073-88.2022.6.02.0000 pelo desembargador eleitoral Ney Costa de Alcântara de Oliveira que ordenava o senador Rodrigo Cunha a retirar um vídeo em que fazia críticas contra a Família Calheiros e ao deputado estadual Paulo Dantas.

A nova decisão que beneficiou Cunha foi assegurada por meio de liminar concedida pela desembargadora eleitoral Silvana Lessa Omena na tarde desta terça-feira. Na decisão, a desembargadora afirma que a representação eleitoral do MDB “não possui relação com as eleições gerais vindouras do mês de outubro, mas sim refere-se à eleição indireta ao cargo de governador e vice-governador de Alagoas que se realizará em 02/05/2022 (mandato tampão), de modo que a incompetência da Justiça Eleitoral se evidencia” em termos de julgamentos quanto à veiculação e divulgação do vídeo do senador.

Desta maneira, Rodrigo Cunha poderá manter o vídeo no ar até a decisão final sobre a matéria. De acordo com o senador a concessão da liminar pela Justiça Eleitoral em seu favor “reestabelece o direito de que as opiniões sejam livremente expressadas em nosso estado. Direito que é garantido a qualquer cidadão”. Ainda segundo Cunha, “seguiremos nos posicionando e mostrando ao povo de Alagoas o absurdo que estamos vivendo em nosso estado, com o destino político de nossa população tendo como foco unicamente a manutenção do poder pelo poder, e não a busca de um projeto cidadão de desenvolvimento para nossa gente”.

Ainda em sua decisão, a desembargadora eleitoral Silvana Lessa Omena destaca que no caso da eleição do governador “tampão”, não há que se falar em soberania popular ou direito de sufrágio a justificar e vincular a atuação da Justiça Eleitoral, vez que todo o trâmite da eleição está adstrito à Assembleia Legislativa, desde a regulamentação



do pleito até a escolha do candidato que assumirá a Chefia do Executivo temporariamente. Dessa forma, diante da inexistência de caráter

eleitoreiro na escolha parlamentar dos novos ocupantes das cadeiras da chefia do Poder Executivo, a competência para dirimir os conflitos

e questões referentes a esse exercício residual de mandato cabe à Justiça Comum, e não à Justiça Eleitoral”.

OVO AINDA NO... DA GALINHA

Assessores de Cunha se digladiam por fatia de bolo imaginário



O mais curioso é que o assessor do senador é o jornalista Clayton Santos, que já foi secretário de comunicação de Maceió. Adivinha em qual gestão? De Rui Palmeira. Santos, que uma vez trabalhou para o ex-prefeito, agora irá atirar contra o ex-patrão. Na política, não são só os políticos que “viram a casaca”. Aliados e antigos funcionários também. Sempre o que vale é o “quem dá mais”. O terreno está totalmente incerto.

O que Cunha também não sabe que está ladeado de pessoas que podem mais atrapalhar do que ajudar. Um exemplo é o caso de Herman Braga, também assessor de Rodrigo Cunha, que está provocando uma tremenda desavença, já se achando chefe do gabinete civil. Só que o senador nem líder é nas pesquisas pensa tão alto.



CÂMARA EM CHAMAS

Na lista há integrantes da base aliada do governo, como Eduardo Bolsonaro

Arthur Lira libera 22 representações por quebra de decoro ao Conselho de Ética

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), liberou 22 representações ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara com pedidos para que sejam instaurados processos contra parlamentares. Na lista há integrantes da base aliada do governo,

como os deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do presidente Jair Bolsonaro (PL), Bia Kicis (PL-DF) e Carla Zambelli (PL-SP), mas também o deputado Kim Kataguirí (União Brasil-SP), adversário político de Lira, que, em uma entrevista, disse ter sido

um erro a Alemanha ter criminalizado o partido nazista, e o deputado Josimar Marãozinho, suspeito de desvio de recursos.

O presidente do Conselho de Ética da Casa, deputado Paulo Azi (União Brasil-BA), pautou sete representações para a sessão.



MALFEITORES

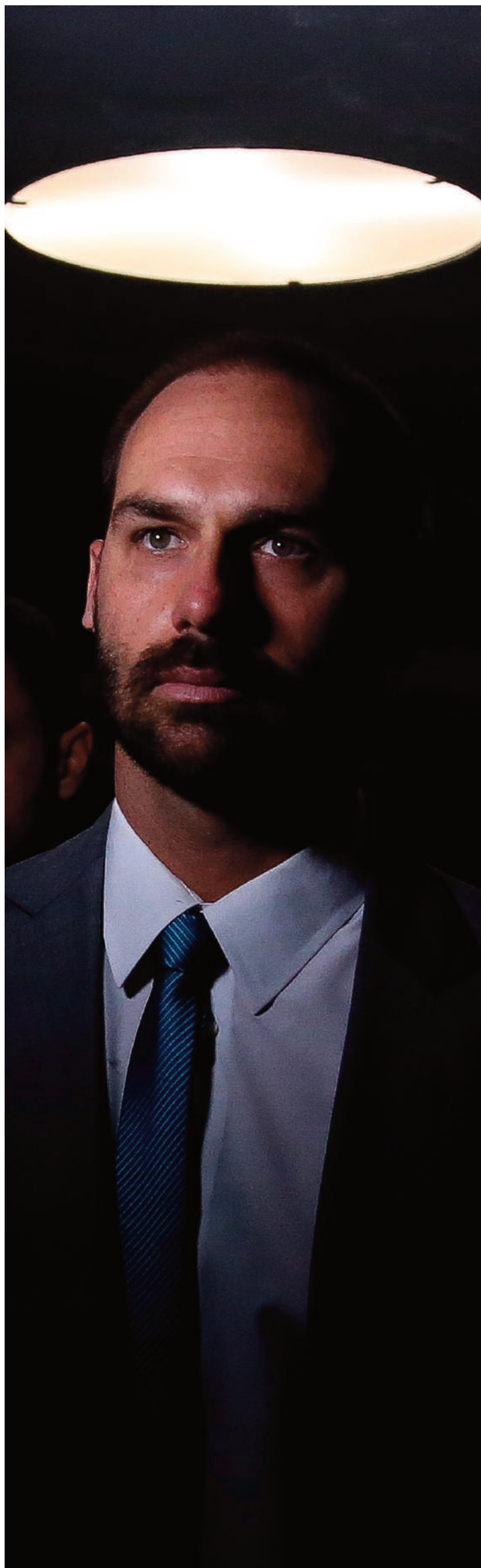
Lista conta com acusados de fazer apologia à violência e fakenews

Representação do partido Novo em desfavor de Wilson Santiago (Republicanos-PB). Ele foi denunciado em dezembro de 2019 pela PGR (Procuradoria-Geral da República) pelos crimes de organização criminosa e corrupção passiva; Representação do PT e do PDT em desfavor de Eduardo Bolsonaro (PL-SP), acusado de postagens em que profere agressões verbais pelo uso da máscara de proteção contra a covid-19; Representação do PT em desfavor de Soraya Manato (PTB-ES), acusada por postagens ofensivas contra o senador Humberto Costa (PT-PE); Representação do PSOL e do PT em desfavor de Bia Kicis (PL-DF), acusada por postar informações falsas sobre a morte de um policial militar na Bahia; Repre-

sentação do PT em desfavor de Carla Zambelli (PL-SP), acusada de veicular informações falsas em que incentiva o descumprimento de medidas de segurança contra covid-19; Representação do PSB, do PT, PDT, PSOL e PCdoB em desfavor de Eduardo Bolsonaro (PL-SP), acusado de ter feito comentários misóginos enquanto Maria do Rosário presidia sessão da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça); e Representação do PSOL e do PT em desfavor de Delegado Éder Mauro (PL-BA), também acusado de ter feito comentários misóginos enquanto Maria do Rosário presidia sessão da CCJ.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, criado em 2001, é o órgão encarregado do procedimento disciplinar destinado à apli-

cação de penalidades em casos de descumprimento das normas relativas ao decoro parlamentar no âmbito da Câmara. É um colegiado composto por 21 membros titulares e igual número de suplentes, com mandato de dois anos, não podendo ser substituídos a qualquer tempo. O Conselho de Ética atua mediante provocação da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para a instauração de processo disciplinar. Deputados, Comissões e cidadãos em geral podem requerer à Mesa da Câmara dos Deputados representação contra deputados federais. Partidos políticos com representação no Congresso Nacional também podem encaminhar representação à Mesa Diretora, que a enviará diretamente ao Conselho de Ética.



SEM MAIS MORDOMIA

Em Maceió, senador deve R\$ 50 mil para a Prefeitura

Tribunal manda Collor devolver dinheiro gasto na manutenção da casa da Dinda

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, confirmou a condenação do senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL) por uso indevido da cota parlamentar, determinando que o ex-presidente devolva dinheiro público usado para cobrir gastos com serviços como segurança, portaria, jardinagem e limpeza em seu imóvel conhecido como 'Casa da Dinda', em Brasília. Na avaliação do colegiado, foi comprovado que os serviços contratados possuem 'relação direta' com a vida privada e familiar do senador e não com a atividade parlamentar. A decisão foi proferida na última quarta-feira (20) durante julgamento de recurso impetrado pelo senador contra decisão de primeiro grau, dada pela juíza Ana Maria Wickert Theisen, da 10ª Vara Federal de Porto Alegre, em abril de 2019.

A sentença declarou a nulidade dos ressarcimentos por Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP) das despesas com serviços prestados em sua casa. Na época, a magistrada julgou procedente ação movida por um advogado de Porto Alegre após reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo" mostrar, em novembro de 2017, que um dos principais símbolos do governo do ex-presidente tinha despesas mantidas com verba do Senado.

COLLORTEIRO

Ricaço, Fernando Collor coleciona dívidas e credores

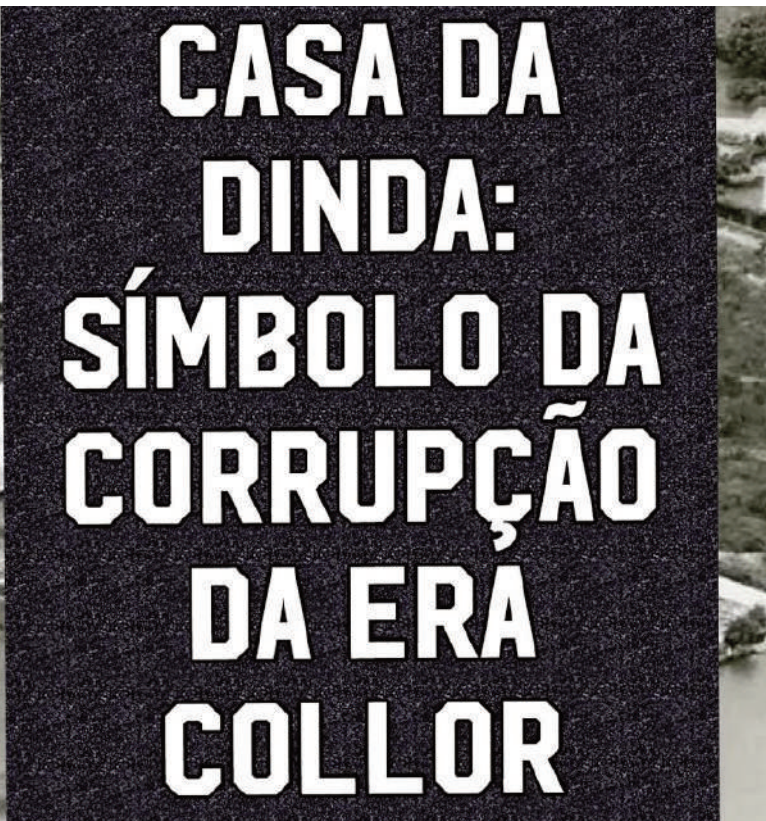
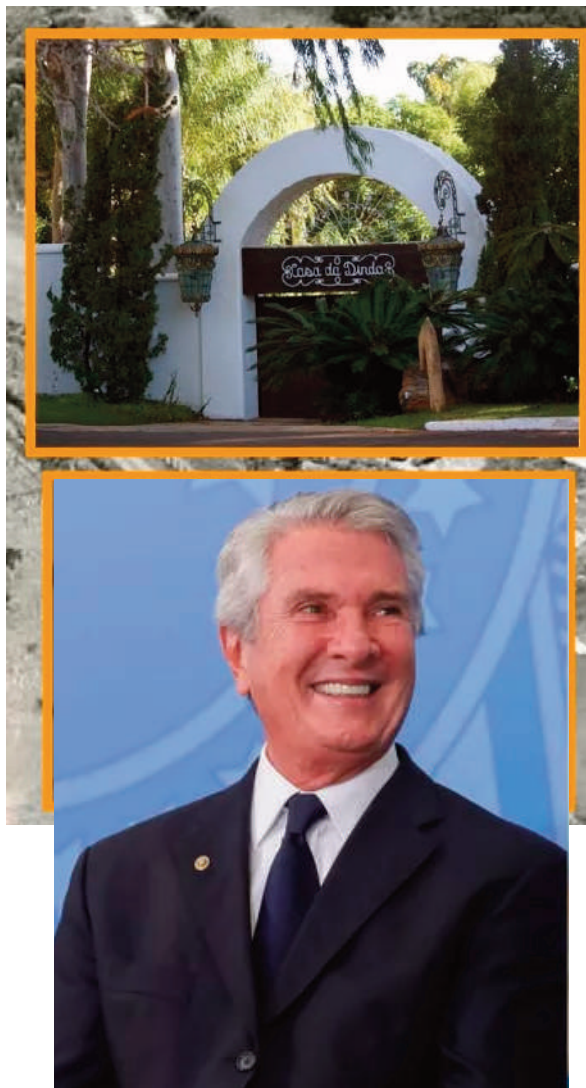
O senador e ex-presidente do Brasil, Fernando Collor, passou a ser cobrado pela Justiça de Alagoas

por uma dívida do IPTU. A informação é do O Globo. A Prefeitura de Maceió recorreu ao

Judiciário para receber a quantia de quase R\$ 51 mil por parcelas não pagas entre 2018 a 2020. A Justiça

já deu aval para acionar o senador. Porém, essa dívida é risível se comparada aos milhões que deve para o

governo federal e aos trabalhadores demitidos da TV Gazeta e do jornal impresso do grupo.



em novembro de 2017, o senador por Alagoas gastou cerca de R\$ 40 mil mensais de

'ingerência sobre a aplicação de norma que fornece os meios necessários ao exercício da função parlamentar pode afetar "a dinâmica do próprio funcionamento do Parlamento"'.

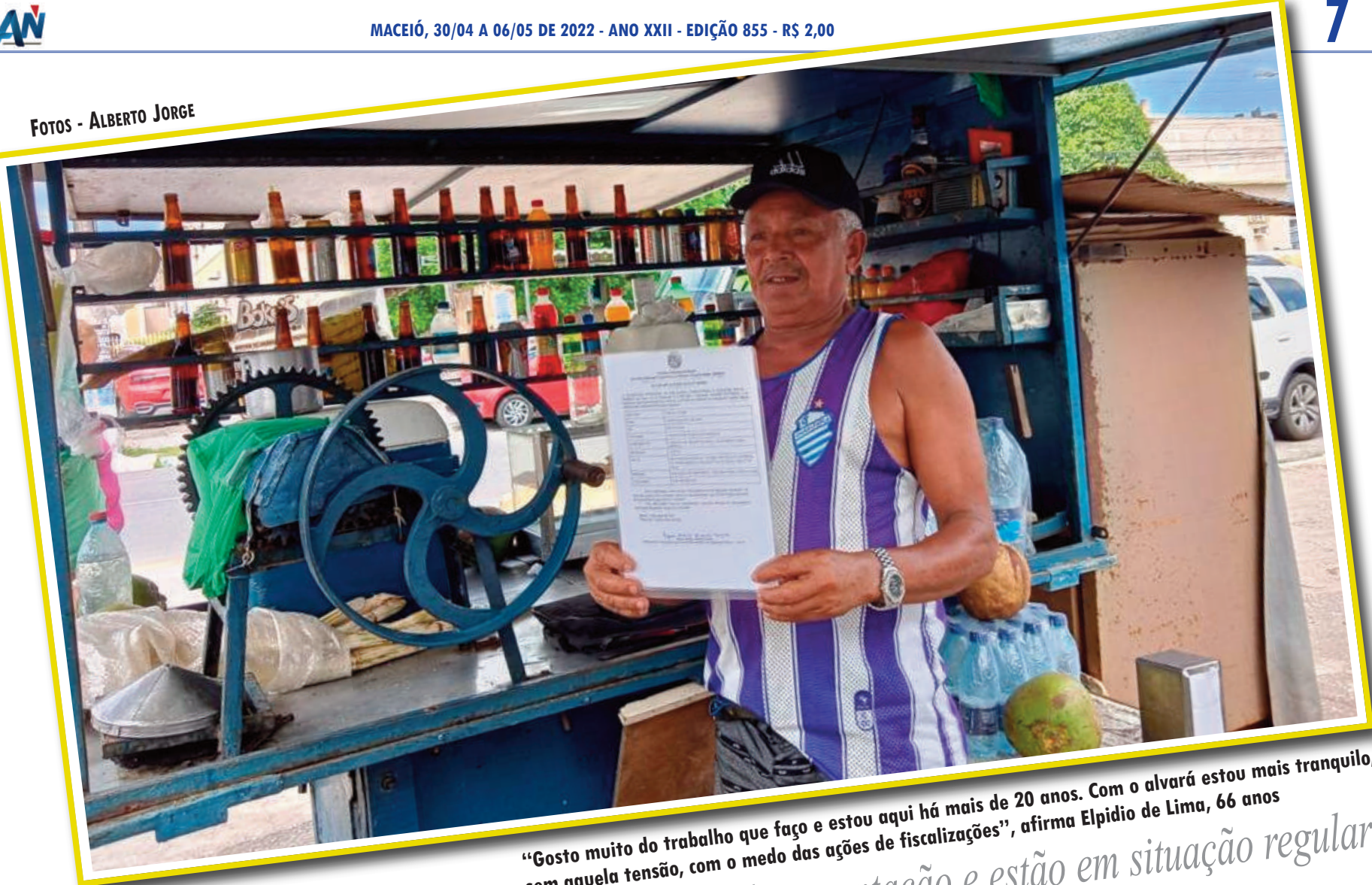
Ao analisar o caso, o relator, desembargador Rogerio Favreto, ponderou que a questão do ressarcimento de despesas mediante utilização da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar 'não se trata de mero ato previsto em regimento interno do Senado Federal', mas sim de despesa pública. Assim, o tema estaria sujeito ao controle do

Poder Judiciário caso verificada ilegalidade ou abuso.

Em seu voto, Favreto destacou que a cota parlamentar cobre apenas gastos na locação de imóvel utilizado como escritório de apoio parlamentar e sua segurança patrimonial, e não reembolso de despesas com serviços de vigilância patrimonial de modo autônomo. "Muito menos, quando prestados no âmbito da residência familiar, em situação totalmente desvinculada do exercício da atividade parlamentar, o que gera ilegalidade pelo desvio de sua finalidade", registrou.



FOTOS - ALBERTO JORGE



“Gosto muito do trabalho que faço e estou aqui há mais de 20 anos. Com o alvará estou mais tranquilo, sem aquela tensão, com o medo das ações de fiscalizações”, afirma Elpidio de Lima, 66 anos

Mais de 300 comerciantes informais receberam documentação e estão em situação regular

Alvarás do comércio ambulante levam tranquilidade a pequenos empresários

Avançando com o trabalho de regularização do comércio ambulante iniciado em 2021, a Prefeitura de Maceió entregou 302 alvarás de liberação do exercício da atividade em espaços públicos. No primeiro trimestre deste ano, 35 documentos foram emitidos; em 2021, 267 trabalhadores informais puderam realizar suas atividades com mais segurança e calma.

O Brasil possui 38,6 milhões de trabalhadores informais, segundo a última pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no trimestre encerrado em novembro do ano passado. No meio desses milhões de comerciantes está o ambulante Elpidio de Lima, 66 anos, que trabalha na Praça da Cadeia, no Centro da capital alagoana. Elpidio já está nesse ramo há mais de 20 anos e, para ele, o alvará é a segurança e um procedimento necessário para um trabalho tranquilo.

“Gosto muito do trabalho que faço e estou aqui há mais de 20 anos. Com o alvará estou mais tranquilo, sem aquela tensão, com o medo das ações de fiscalizações. Antes de conseguir o documento, um fiscal me orientou a ir à Semscs [Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social] solicitar meu alvará”, explicou o comerciante que vende lanches.

Já para Antônio da Silva, 60 anos, que trabalha como ambulante há 15 anos, também no Centro de Maceió, hoje o trabalho é feito sem medo.

“Consegui meu alvará no ano passado e agora trabalho com segurança, o que é melhor porque você trabalha sem medo, sem essa segurança você trabalha assombrado com medo de perder a mercadoria. Já tive que sair do meu local de trabalho por não estar com a documentação, e com o alvará ficamos despreocupados”, contou seu Antônio.

Processo de regularização - Para realizar a regularização da atividade, o comerciante deve se dirigir à Semscs munido dos documentos necessários, que podem ser conferidos no site: <https://www.online.maceio.al.gov.br/>, e dar entrada no processo de autorização para o uso do solo público.

“O comércio informal é uma atividade de grande relevância para a economia do Município. Através dele, muitas famílias tiram seu sustento e contornam a situação de desemprego. Por isso, que a regularização da atividade é tão importante”, explicou Rayssa Tanaka, coordenadora de autorização para o exercício de atividades em logradouros públicos (Caelp).

Após essas etapas, o requerente deve aguardar o trâmite do processo e a vistoria que será realizada pelo Fiscal de Posturas. Com a liberação do agente de fiscalização, o alvará de autorização é emitido.

O documento de autorização deve permanecer exposto no local da atividade, para ser apresentado à fiscalização urbana sempre que solicitado.



“Consegui meu alvará no ano passado e agora trabalho com segurança, o que é melhor porque você trabalha sem medo”, diz Antônio da Silva, 60 anos



“O comércio informal é uma atividade de grande relevância para a economia do Município” explicou Rayssa Tanaka, coordenadora do Caelp

ALAGOAS ABRAÇA AQUELES QUE FAZEM A FORÇA DA NOSSA TERRA



HOMENAGEM DO
GOVERNO DE ALAGOAS AOS
NOSSOS TRABALHADORES
E TRABALHADORAS

1º DE MAIO • 1º DE MAIO • 1º DE MAIO
**DIA DO
TRABALHADOR**

GOVERNO DO ESTADO
ALAGOAS